

PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

BALANÇO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

EUROS

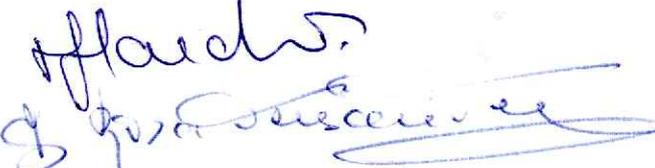
Rubricas	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	4	834 005,49	867 552,74
Investimentos Financeiros		929,70	733,92
		834 935,19	868 286,66
Ativo Corrente			
Inventários	5	5 010,38	5 069,30
Créditos a Receber	8	1 142,50	1 377,50
Estados e Outros Entes Públicos		400,99	519,73
Diferimentos		7 427,62	4 726,63
Outros Ativos Correntes	8	68 093,42	81 417,26
Caixa e Depósitos Bancários		85 729,11	133 229,41
		167 804,02	226 339,83
Total do Ativo		1 002 739,21	1 094 626,49
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		456 029,67	456 029,67
Resultados Transitados		231 393,26	293 224,65
Ajustamentos/Outras Variações Fundos Patrimoniais	7	288 544,06	299 545,99
Resultado Líquido do Período		-72 137,75	-43 667,85
Total dos Fundos Patrimoniais	8.3	903 829,24	1 005 132,46
Passivo			
Passivo corrente			
Estado e Outros Entes Públicos		12 968,16	11 175,34
Diferimentos		0,00	616,00
Outros Passivos Correntes	8	85 941,81	77 705,69
		98 909,97	89 497,03
Total do Passivo		98 909,97	89 497,03
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		1 002 739,21	1 094 629,49

A Direção,

O Contabilista Certificado,


 Ana Maria Pereira Cardoso

 Valdemar José

 Afonso




PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	6.1	86 053,00	89 920,00
Subsídios, doações e legados à exploração	7	416 088,06	453 284,40
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-49 348,41	-50 432,31
Fornecimentos e serviços externos	6.2	-42 239,91	-39 872,56
Gastos com o pessoal	6.2	-473 486,33	-475 750,47
Outros rendimentos		25 227,63	17 904,85
Outros gastos		-996,07	-6 719,02
Resultados antes depreciações, gastos de financiam.e impostos		-38 702,03	-11 665,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-33 547,25	-32 002,74
Resultado operacional (antes de gastos financiam. e impostos)		-72 249,28	-43 667,85
Juros e rendimentos similares obtidos		111,53	0,00
Resultado antes de impostos		-72 137,75	-43 667,85
Resultado líquido do período		-72 137,75	-43 667,85

A Direção,

O Contabilista Certificado,

Ante Maria Pereira Cardoso

[Handwritten signature]

Valdemar Costa

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 DENOMINAÇÃO DA ENTIDADE: PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

1.2 SEDE SOCIAL: Rua Padre Alberto Teixeira de Carvalho, Ariz, Godim, Peso da Régua

1.3 NATUREZA DA ATIVIDADE: A entidade é uma Instituição Particular de Solidariedade Social e tem como objetivo o apoio à infância e juventude nas valências da creche, pré-primária e atividade tempos livres.

2- REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas, face ao enquadramento da entidade no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), com base no Normativo Contabilístico e de Relato Financeiro instituído para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho.

2.2 Na elaboração deste documento, evitou-se uma compilação exaustiva das divulgações dos princípios exarados na referida norma. Antes, nela esteve subjacente uma atenta preocupação no sentido de clarificar de forma objetiva as referidas demonstrações, as quais representam de forma fidedigna e estruturada, sem derrogação de quaisquer disposições nela definidas, a posição financeira da entidade evidenciada no Balanço e o desempenho financeiro espelhado na Demonstração dos Resultados por Naturezas.

2.3 Os seus conteúdos são manifestamente comparáveis com os do exercício anterior.

3- POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A) A política ou políticas contabilísticas aplicadas a determinado item decorrem do capítulo da Norma que especificamente trata da transação, acontecimento ou condição. Principais bases de mensuração utilizadas: As demonstrações em análise foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com respeito pelo denominado regime do acréscimo.

B) Outras Políticas Contabilísticas – Ao apresentar as peças contabilísticas, a entidade pretende proporcionar aos seus utilizadores, toda a informação necessária para a sua eventual tomada de decisões. Para isso, preparou-as de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) constantes da estrutura conceptual (EC) num escrupuloso respeito pelos princípios emanados da correspondente Norma (NCRF ESNL), sendo de salientar designadamente: o pressuposto da continuidade, o qual assenta na informação presente disponível e nas expectativas esperadas num futuro próximo relativamente à manutenção e desenvolvimento dos objetivos para que foi criada; o princípio da consistência na aplicação das mesmas políticas contabilísticas em relação a períodos anteriores; o denominado regime do acréscimo, segundo o qual os

efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando se evidenciam independentemente da ocorrência dos fluxos de caixa, e por fim, o da materialidade e da agregação que se traduz na apresentação separada das diversas classes de itens atendendo à sua materialidade e semelhança e a ausência de qualquer compensação entre ativos e passivos ou rendimentos ou gastos, procurando-se uma desejável comparabilidade das demonstrações no que respeita à quantificação e conteúdo dos seus itens.

C) Principais pressupostos relativos ao futuro – Não existem circunstâncias anormais que nos levem a pressupor situações que possam, eventualmente, colocar em risco a manutenção da Instituição. A continuidade é um pressuposto que esteve subjacente, aliado ao regime contabilístico do acréscimo, na elaboração das suas demonstrações financeiras.

D) Principais fontes de incerteza das estimativas – Nada a referir.

3.2 ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A políticas contabilísticas foram aplicadas consistentemente de acordo com a Norma (NCRF ESNL) para as transações semelhantes, outros acontecimentos e condições, sem recurso a outras tidas como mais apropriadas.

3.3 ALTERAÇÕES NS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

Muitos itens das demonstrações financeiras não podem ser mensurados com precisão, podendo apenas ser estimados, sendo o caso das depreciações e das provisões. As estimativas envolvem juízos de valor baseados na última informação disponível. No período em análise não foram feitos quaisquer ajustamentos às quantias anteriormente consideradas.

3.4 CORREÇÃO DE ERRO DE PERÍODOS ANTERIORES

À data do Balanço não foram detetados erros que ponham em dúvida as demonstrações financeiras apresentadas em períodos anteriores. Apenas há a salientar ajustamentos referentes à devolução de participações da Segurança Social, cuja notificação só ocorreu em 2018.

4- ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 – DIVULGAÇÕES TIDAS COMO RELEVANTES

A) Critérios de mensuração usados na determinação da quantia escriturada bruta: Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção deduzido das respetivas depreciações acumuladas sem referência, por não existirem, a quaisquer perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Instituição. As meras despesas de manutenção e reparação foram reconhecidas no período como gastos, salvaguardando o princípio da especialização dos exercícios.

B) Métodos de depreciação usados: as depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática de acordo com o método da linha reta. Os terrenos não são depreciáveis.

C) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: A vida útil económica definida pela Instituição relativamente à generalidade dos seus ativos fixos tangíveis provem da aplicação das taxas de depreciação definidas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, por se considerar essa como sendo a avaliação mais segura e objetiva com a situação concreta da entidade.

D) Quantia buta escriturada e depreciação acumulada no início e fim do exercício

Descrição	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e R. Naturais	24 939,89	0,00	24 939,89	24 939,89	0,00	24 939,89
Edifícios e O. Construções	1 563 528,55	727 736,99	835 791,56	1 563 528,55	759 968,92	803 559,63
Equip. Básico	163 527,73	161 209,86	2 317,87	163 527,73	161 681,94	1 845,79
Equip. Transporte	114 700,45	114 700,45	0,00	114 700,45	114 700,45	0,00
Equip. Administrativo	28 552,22	26 179,48	2 372,74	28 552,22	26 464,47	2 087,75
Outros Ativos Fixos Tangíveis	10 471,97	8 341,29	2 130,68	10 471,97	8 899,54	1 572,43
Total	1 905 720,81	1 038 168,07	867 552,74	1 905 720,81	1 071 715,22	834 005,49

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período com evidência das adições, das alienações, depreciações e outras alterações ocorridas no período

Descrição	Quantia Escriturada Final	Adições	Alienações	Transferências	Depreciações	Quantia Escriturada Final
Terrenos e R. Naturais	24 939,89					24 939,89
Edifícios e O. Construções	835 791,56				32 231,93	803 559,63
Equip. Básico	2 317,87				472,08	1 845,79
Equip. Transporte	0,00					0,00
Equip. Administrativo	2 372,74				284,99	2 087,75
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2 130,68				558,25	1 572,43
Total	867 552,74				33 547,25	834 005,49

4.2- Não existem restrições de titularidade em ativos fixos tangíveis, garantias e compromissos.

4.3- Não existem quaisquer itens do ativo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas.

5 – INVENTÁRIOS

5.1 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS NA MENSURAÇÃO DOS INVENTÁRIOS, INCLUINDO A FÓRMULA DE CUSTEIO USADA

Os inventários são ao custo de aquisição, o qual inclui todos os custos de compra e outros incorridos para os colocar no local e sua condição atual. Os descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação dos custos de compra.

Relativamente aos inventários recebidos gratuitamente, estes são mensurados ao custo histórico ou ao custo corrente, dos dois os mais baixo. A quantia escriturada desses bens é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo consumo é reconhecido. As saídas de armazém para consumo são valorizadas ao custo específico.

5.3 - QUANTIA ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS EM CLASSIFICAÇÕES APROPRIADAS E QUANTIA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDA COMO UM GASTO DO PERÍODO COMPARATIVAMENTE COM O EXERCÍCIO DE 2017

Movimentos	EXERCÍCIO DE 2018		EXERCÍCIO DE 2017	
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Saldo Inicial	5 008,50	60,80	5 008,50	239,74
Compras		31 322,70		30 781,61
Reclassificação/Regularização		17 966,79		19 471,76
Saldo Final	4 918,35	92,03	5 008,50	-60,80
Gastos no Período	90,15	49 258,26	0,00	50 432,31

NO PERÍODO EM ANÁLISE NÃO FORAM EFETUADOS QUAISQUER AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIOS

6 – RENDIMENTOS E GASTOS

6.1 Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento, de acordo com o princípio do acréscimo.

A instituição enquadra-se no artigo 9º nº 7 do C.I.V.A., pelo que o rédito compreende os valores faturados isentos do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS PARA RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito encontra-se mensurado pela quantia da retribuição recebida ou a receber pela Instituição.

As prestações de serviços expressas nas demonstrações englobam na sua generalidade as mensalidades dos utentes e as quotizações dos sócios.

QUANTIA DE CATEGORIA DE RÉDITO RECONHECIDA NO PERÍODO, para além das quotizações dos sócios no valor de 670,00

Categoria	Creche	Pré-Primária	A.T.L.	Total
Prestação de Serviços	30 375,00	47 498,00	7 330,00	85 203,00
Vendas	48,65	107,03	24,32	180,00
Juros	33,46	62,46	15,61	111,53
Total	30 457,11	47 667,49	7 369,93	85 494,53

6.2 – No que toca a gastos é de salientar, face a 2017, os seguintes:

	2018	2017
FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS		
Serviços Especializados	9 694,21	10 188,78
Materiais	3 206,04	1 884,45
Energia e Fluidos	18 463,30	17 515,45
Deslocações e Estadas	16,28	25,00
Serviços Diversos	10 860,08	10 258,88
Total	42 239,91	39 872,56
GASTOS COM O PESSOAL		
Remunerações	381 843,94	384 113,64
Encargos s/remunerações	85 151,19	85 080,20
Seguros de Acidente de Trabalho	2 284,43	4 262,14
Outros Gastos	4 206,77	2 294,49
Total	473 486,33	475 750,47

7 – SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável de que serão recebidos e que a entidade irá cumprir com condições associadas à sua atribuição.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição ou construção de um ativo são reconhecidos inicialmente em Fundos Patrimoniais, na rubrica “Ajustamentos / Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” e registados em resultados, numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo. Enquadra-se neste contexto os subsídios recebidos inerentes ao Projeto nº 015/00/NRT/T1, no âmbito do POEFDS – Eixo 5 – Medida 5.6 referente à ampliação e remodelação do edifício principal e aquisição de equipamento.

Os subsídios que compensam a Instituição por despesas incorridas no exercício são registados na demonstração de resultados no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

7.1 - DESCRIÇÃO DOS SUBSÍDIOS RELACIONADOS COM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS CONSTANTES EM “OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS”

Balço	Saldo em 31/12/2017	Utilização em 2018	Saldo em 31/12/2018
593 – Subsídios			
Remodelação e ampliação das Instalações			
Componente PIDDAC	37 908,59	997,60	36 910,99
Componente FEDER	103 995,02	2 734,76	101 260,26
Componente Pública Nacional	68 742,44	1 808,84	66 933,60
Município do Peso da Régua	47 500,00	2 500,00	45 000,00
594 – Doações	41 399,94	2 960,73	38 439,21
Total	299 545,99	11 001,93	288 544,06

7.2- DESCRIÇÃO DOS SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO, DESTINADOS A COMPENSAR GASTOS OPERACIONAIS

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO		
751- Subsídios de Entidades Públicas		
Centro Regional Segurança Social		
Creche		163 017,74
Pré-Primária		
Atividades Educativas	116 396,80	
Atividades de Apoio Social	65 842,40	
Compensação Salarial (M.E.)	36 843,48	219 082,68
ATL		13 599,00
Total dos Subsídios		395 699,42
753 - Doações		
		20 388,64
Total		416 088,06

8 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

8.1- BASES DE MENSURAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADAS PARA A CONTABILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Instituição mensura os seus ativos e passivos ao custo, entendido como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos. Deixa de reconhecer um ativo financeiro ou passivo financeiro, ou parte deles, quando, respetivamente os direitos contratuais aos recebimentos se realizam ou quando a obrigação estabelecida no contrato é liquidada.

Quanto aos instrumentos financeiros evidenciados na contabilidade a mensuração utilizada assenta no seu valor nominal.

8.2 – NÃO FORAM CONTABILIZADOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR.

8.3 – RECONCILIAÇÃO DA QUANTIA ESCRITURADA NO INÍCIO E NO FIM DO PERÍODO QUE MOSTRE OS AUMENTOS E AS REDUÇÕES DAS DIFERENTES NATUREZAS DE ITENS DE CADA RUBRICA DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Rubricas	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
Fundos Patrimoniais	456 029,67			456 029,67
Resultados Transitados (1)	249 556,80	90 301,29		159 255,51
O. Variações nos Fundos Patrimoniais				
Subsídios (2)	258 146,05	8 041,20		250 104,85
Doações (3)	41 399,94	2 960,73		38 439,21
Total	1 005 132,46	101 303,22		903 829,24

(1) Debitado pelo Resultado Líquido de 2018 e ajustamentos de participações da S.Social

(2) Debitada por contrapartida de "Outros Rendimentos – Imputação de Subsídios para Investimento" compensando as depreciações efetuadas

(3) Debitada pelos acertos das depreciações de exercícios anteriores e pela depreciação efetuada no próprio exercício.

9 – BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS

9.1 – NÚMERO MÉDIO DOS EMPREGADOS durante o período a que se referem as demonstrações financeiras: 28

9.2 – NÚMERO DE MEMBROS DE ÓRGÃO DIRETIVOS: A Direção é constituída pela Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro, Vogal, pelo Pároco da Paróquia de Godim e 3 suplentes. O Conselho Fiscal é formado pelo Presidente, 2 vogais e uma suplente. A Mesa da Assembleia é constituída pela Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário e 2 suplentes.

No exercício das suas funções, nenhum membro dos órgãos sociais é remunerado.

10 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas numa base de continuidade e não se verificaram acontecimentos, favoráveis ou desfavoráveis, após a data do Balanço. Não se procedeu, desta forma, a quaisquer ajustamentos aos conteúdos relatados, nem ao reconhecimento de itens diferentes aos anteriormente relatados.

11 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A entidade é uma Instituição Particular de Solidariedade Social regida pelas normas impostas pela tutela, cuja divulgação não se impõe no presente contexto como exigível.

12 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

12.1 – No período foram pagos todos os impostos e contribuições devidos à Autoridade Tributária e Segurança Social.

12.2 – Não são conhecidos à data da elaboração do presente anexo quaisquer informações que mereçam relevância nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A Direção,

Amo Maria Pereira Cardoso

[Assinatura]

Saldemir Mota

Flávia

[Assinatura]

O Contabilista Certificado,

[Assinatura]